

LEGISLATIVO

Um dos pilares do governo Bolsonaro no Congresso, bancada da Bíblia se reorganiza para barrar pautas progressistas

Frente evangélica na oposição

» VICTOR CORREIA

A Frente Parlamentar Evangélica anunciou, na semana passada, que dois deputados federais se revezarão, a cada seis meses, na presidência do bloco: Eli Borges (PL-TO) e Silas Câmara (Republicanos-AM). Borges assumiu o cargo na quarta-feira e ficará até julho, quando passa o comando para Câmara.

A bancada iniciou as atividades legislativas em um cenário diferente do que havia no ano passado. Durante o governo de Jair Bolsonaro, os evangélicos tiveram forte protagonismo nas duas casas legislativas e, também, no Executivo, uma vez que o então presidente, grande aliado das igrejas neopentecostais, defendia as pautas de costumes, como combate ao aborto e à liberação do uso de drogas. Segundo o novo presidente da frente, porém, mesmo não estando “na bancada do poder”, a firmeza na defesa de pautas conservadoras “não será amenizada”.

“A frente respeita as autoridades, mas as tratativas são institucionais, nunca individuais. A firmeza na defesa dessas pautas não será amenizada. Continuaremos como uma Frente que não está no balcão do poder para amenizar as pautas que são nossas, que são caras para nós. Mas sempre de um jeito respeitoso”, declarou Eli Borges ao **Correio (leia a entrevista ao lado)**.

A divisão da presidência foi costurada na semana retrasada, após um racha inédito na bancada. Desde sua criação, em 2003, o presidente da Frente foi decidido por aclamação. Dessa vez, houve divisão entre apoiadores de Eli e de Silas. O senador Carlos Viana (Podemos-MG) e o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) também lançaram seus nomes ao cargo, mas retiraram a candidatura.

O presidente anterior, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), e Cezinha de Madureira (PSD-SP), com quem dividiu o mandato em períodos de um ano, foram os fiadores do acordo firmado. A proposta inicial de que Eli e Silas também dividissem a presidência por um ano cada foi rejeitada,

Divulgação



Presidente da Frente Evangélica, o deputado Eli Borges participou do primeiro culto da bancada neste ano: promessa de combate à pauta identitária

levando a uma tentativa frustrada de votação ocorrida em 2 de fevereiro, na abertura do ano legislativo.

Segundo a frente, houve um problema técnico no sistema da Câmara dos Deputados utilizado para o pleito, devido ao alto tráfego no primeiro dia de atividade legislativa. Durante a votação, havia mais votos do que parlamentares registrados na lista de presença. Após discussão e ameaças de judicialização caso o resultado do pleito fosse oficializado, Sóstenes decidiu pela nulidade do processo e convocou nova eleição para 15 de fevereiro. Com o acordo da semana passada, porém, a sessão não ocorrerá.

Rachadinha

Eli Borges está iniciando seu segundo mandato na Casa, e é considerado relativamente

novo, em comparação com outros membros da frente. Silas Câmara, por sua vez, já presidiu o grupo e completou 20 anos de mandato. Silas, porém, sofreu forte resistência para assumir o cargo. O parlamentar firmou um acordo no fim do ano passado em um processo no qual era acusado de rachadinha, por desvio de salários de assessores entre 2000 e 2001. Silas confessou e se comprometeu a pagar multa de R\$ 242 mil para anular o processo como forma de compensação ao Erário.

Tanto Eli quanto Silas apoiaram a reeleição de Jair Bolsonaro, mas o deputado do Republicanos se aproximou mais do governo Lula e foi apoiado pela base governista à presidência da bancada evangélica.

Em seu primeiro discurso aos parlamentares, na quarta, Eli Borges declarou que a Frente

atua na “luta contra uma série de ideologias”, e que terá que trabalhar sobre os temas de forma equilibrada e institucional.

A expectativa é que os evangélicos atuem mais fortemente contra pautas identitárias, como as que envolvem o aborto ou os direitos de pessoas LGBTQIA+. Após assumirem protagonismo na gestão de Bolsonaro, parlamentares da frente temem perder espaço, mesmo com os acesos de Lula ao público religioso — considerado gesto insuficiente. Eles criticam, por exemplo, a linguagem neutra usada pelo novo governo na posse de ministros, e não vêem ações concretas que sinalizem participação ou diálogo com evangélicos no Executivo.

Porém, apesar de uma grande parcela dos membros ser bolsonarista, aliados fortes de Lula como André Janones (Avante-MG)

e Benedita da Silva (PT-RJ) também fazem parte do grupo. Parlamentares de partidos como o MDB, PSD e União Brasil, que compõem a base governista, devem manter sua atuação alinhada às pautas de Lula, devido aos acordos partidários.

A bancada tenta agora ampliar seu tamanho e influência dentro da Casa. Segundo Eli Borges, o número de parlamentares alinhados à causa evangélica cresceu 15%. Também chama a atenção a conquista de espaços de decisão dentro da Câmara. Nas eleições da Mesa Diretora a Frente conseguiu o 1º vice-presidente, deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) e o 2º vice-presidente, Sóstenes Cavalcante. A formação na nova legislatura ainda não foi oficialmente computada, mas a estimativa é que a Frente seja composta por 132 deputados e 14 senadores.

Quatro perguntas para o deputado Eli Borges

Como será a atuação da Frente Parlamentar Evangélica?

A frente tem o objetivo de defender as pautas da fé: família, lutar contra o aborto, contra a liberação de drogas, em favor da democracia, da liberdade religiosa. Também lutamos contra a ideologia nas escolas etc. Continuamos com a defesa desses valores do pensamento cristão brasileiro.

Como o senhor vê o crescimento da bancada?

O Brasil, quando vota, dá um recado de que está mais interessado no crescimento dos conservadores do que no crescimento do pensamento da esquerda. Crescemos aqui quase 15% como bancada. A eleição da Mesa também provou que a Câmara faz uma correlação muito forte com quem defende a pauta do conservadorismo.

Como será a posição da frente diante de um governo progressista?

A frente, como sempre, está na trincheira, na resistência institucional, na defesa das pautas de costumes que já comuniquei. Vida, família, liberdade. Continuamos com a mesma firmeza que tivemos em outros governos. A Frente respeita as autoridades, mas as tratativas são institucionais e nunca individuais. A firmeza na defesa dessas pautas não será amenizada.

Na campanha, Lula fez acenos aos evangélicos. A aproximação é possível?

Eu ainda não vi nenhuma ação. Vi verbalizações, ainda não temos nada de concreto. As respostas vêm mesmo através de fatos concretos, até porque contra fatos não há argumentos. Eu acho que ele (Lula) percebeu que os evangélicos não têm partido político, mas têm bandeiras e lutarão por elas em qualquer ângulo e diante de qualquer governante. (VC)

Pauta feminina esbarra no conservadorismo

» TAÍSA MEDEIROS

Apesar das ações afirmativas e campanhas em busca da representatividade no Congresso Nacional, os avanços sociais andam a passos lentos. Essa foi uma das constatações do estudo encomendado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFêmea), divulgado em janeiro. O levantamento colheu posicionamentos de parlamentares em suas redes sociais, e o diagnóstico aponta que, em temas relacionados a direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, concepção de família, posicionamento sobre o cuidado, religião e posições antigênero, o grupo de parlamentares que assumiu o mandato neste mês é mais conservador do que nunca.

A preocupação é que, com tantas divergências ideológicas, existem obstáculos para que pautas de gênero avancem nas casas. A estratégia é buscar pontos em comum entre os dois lados da polarização, que se refletiu no Parlamento. “Há muitas diferenças ideológicas nessa legislatura e, sem dúvida, os direitos das mulheres são sempre alvo de posições mais conservadoras. No entanto, é necessário fazer um esforço sobre pautas mais consensuais, como o enfrentamento à violência. Acredito que a luta pela igualdade salarial também ganhe força nessa legislatura, pois diferentes candidatos a defenderam durante a campanha”, avaliou a deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP).

O estudo mapeou os perfis dos 513 deputados e deputadas federais e dos 81 senadores e senadoras eleitos em 2022 em relação às

temáticas de gênero entre agosto e outubro do ano passado. A observação concluiu que o Brasil avança lentamente na busca pela diversidade dentro do Parlamento, apesar da criação da cota de 30% de vagas para mulheres, assim como a destinação de 30% dos recursos públicos eleitorais de acordo com critérios de gênero e raça. “Há essa manutenção da hegemonia masculina, e a perspectiva racial está colocada: 62% dos eleitos são brancos, com apenas 5% das pessoas identificadas como negras, e 0,9% indígenas”, ressaltou a assessora técnica e de articulação política do CFêmea, Jolúzia Batista.

Na Câmara, das 513 cadeiras, a bancada feminista ocupa 91, o que corresponde a 17,7% da Casa — um crescimento significativo, se considerar as 77 na legislatura anterior. Duas são mulheres trans. No Senado, a bancada feminina tem 11 representantes.

Cotas e recursos

A busca por representatividade feminina deve ser a pauta principal para a bancada feminista. “Pra mim está claro que só avançaremos se tivermos cotas claras sobre nossa participação”, frisou, ao **Correio**, a líder da bancada feminista do Senado, Eliziane Gama (PSD-MA). “Essa é uma legislação que é necessária para um tempo da história. A gente avançou até aqui, ainda a passos muito lentos, mas avançou graças a processos legislativos mais coercitivos, como o acesso a recursos orçamentários do fundo eleitoral para as campanhas”, exemplifica. Ela

Alan Rones/Câmara dos Deputados



defende a aprovação de duas propostas de emenda à Constituição, relacionadas ao tema. Uma, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSol-SP), estabelece a participação obrigatória das mulheres nas mesas diretoras da Câmara e do Senado. A outra, da própria Eliziane, estabelece que, a cada eleição em que haja duas vagas em disputa para o Senado, uma seja necessariamente destinada a uma candidata mulher.

“No Congresso Nacional o nosso percentual (de representatividade) é baixíssimo. Ainda estamos muito atrás de países das Américas

do Norte, do Sul e Central. Vejo que a gente precisa focar nisso e exigir das mesas diretoras da Câmara e do Senado para que essa pauta de fato possa avançar. Vou defender isso no colégio líderes e eu acredito que haverá sensibilidade do Senado nesse sentido”, afirmou.

Conservadorismo

A coordenação do estudo foi feita pela doutora em ciência política e pesquisadora em gênero, mídia e política da Universidade de Brasília (UnB) Denise Mantovani. O grupo utilizou uma ficha



Os direitos das mulheres são sempre alvo de posições mais conservadoras. No entanto, é necessário um esforço sobre pautas mais consensuais, como o enfrentamento à violência”

Sâmia Bomfim (PSol-SP), deputada federal

técnica com 34 perguntas objetivas para avaliar o conteúdo das redes sociais dos parlamentares, especialmente em relação à agenda feminista. Com isso, foram mapeados perfis de parlamentares de acordo com o conteúdo observado nas plataformas: posicionamento religioso, família, violência contra a mulher, aborto, dentre outros temas-chave.

Como metodologia, o estudo fez a separação em cinco grandes grupos para observar quais deles são mais identificados com as agendas feministas. O grupo

armamentista, representado pela bancada da bala, por exemplo, usa como discurso predominante o lema “armar para proteger as mulheres da violência”.

O segundo grupo mapeado foi o religioso, personificado pela bancada da Bíblia. Entre os discursos predominantes estão o posicionamento “pró-vida”, vinculado às religiões católicas e evangélicas, com pautas antagônicas à agenda feminista. O terceiro grupo defende a agenda de costumes, da chamada “família tradicional”. Em seus discursos, o grupo concorda que o lugar da mulher é como mãe, cuidadora, dona de casa, e que só existem dois sexos, conforme a biologia. Por conta disso, é refratário à agenda LGBTQIA+. O quarto grupo é feminista e antirracista. Teve uma eleição pautada pela defesa dos direitos das mulheres e da diversidade de sexual. Por último, o grupo daqueles parlamentares conservadores, mas que apoiam algumas lutas das mulheres, sobretudo contra a violência de gênero.

“Apesar de não reconhecerem situações interseccionais de violências, podem ser considerados potenciais aliados para eventuais alianças estratégicas porque não adotam um discurso de rechaço às agendas por igualdade de gênero”, analisa o estudo.

Para as pesquisadoras, os dados são reveladores da realidade da política brasileira: o crescimento do neoconservadorismo e da extrema direita no Parlamento brasileiro. Segundo a avaliação delas, o risco fascista no Brasil tornou-se evidente depois dos atos extremistas de 8 de janeiro.